

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

N.º CPI/1/2022

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
DE COLOCAÇÃO E DIFUSÃO, EM DIVERSOS SUPORTES, DE PEÇAS
PUBLICITÁRIAS DA CAMPANHA SOBRE O ENSINO PROFISSIONAL (SERVIÇOS
DE *MEDIA PLANNING*)

Artigo 1.º

Identificação do concurso

1. O presente concurso tem por objeto a aquisição de serviços de colocação e difusão, em diversos suportes, das peças publicitárias da campanha sobre o *Ensino Profissional* (serviços de *media planning*), no âmbito do projeto financiado pelo POCH, com o número POCH-5-6177-FSE-000010.
2. No presente procedimento não se encontra prevista a existência de lotes, decisão que se fundamenta na circunstância de a entidade adjudicante pretender uma campanha publicitária que seja planeada e executada de forma global e complementar, finalidade que seria posta em causa se a campanha fosse planeada e executada por diferentes entidades.
3. O presente concurso é designado por “*concurso público internacional para a aquisição de serviços de colocação e difusão, em diversos suportes, das peças publicitárias da campanha sobre o Ensino Profissional (serviços de media planning)*”.
4. O procedimento de contratação reveste a forma de concurso público, com publicidade internacional, nos termos do preceituado na alínea *c)* do n.º 1 e alínea *e)* do n.º 2 do artigo 16.º, conjugados com a alínea *a)* do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).
5. Os serviços objeto do presente concurso classificam-se pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV) – 79341000-6, correspondentes à descrição de “Serviços de Publicidade”, indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante é a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 138, 1399-026 Lisboa, com o NIPC 510265006, com o endereço eletrónico compras@anqep.gov.pt e o telefone (+351) 213 943 700, adiante designada por ANQEP.
2. O endereço da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante é o seguinte: www.acingov.pt

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo da ANQEP, datada de [●], nos termos da delegação de competências prevista no n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, em conjugação com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e o disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP.

Artigo 4.º

Júri do procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um júri, ao qual compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente ao órgão competente para a decisão de contratar, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, a análise e avaliação das propostas, a realização das audiências prévias dos concorrentes e a elaboração dos respetivos relatórios preliminar e final.
2. O júri é composto por 5 (cinco) membros efetivos, um dos quais preside, e por 2 (dois) suplentes, designados pelo órgão competente para a decisão de contratar.
3. O júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades tenham direito a voto.
4. As deliberações do júri são aprovadas por maioria de votos, não sendo admitida a abstenção, inscrevendo-se em ata os votos vencidos, devendo o membro do júri que tenha votado vencido exarar em ata as razões da sua discordância.

Artigo 5.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O procedimento é constituído pelas seguintes peças:
 - a. O anúncio;
 - b. O presente programa do procedimento, que inclui 6 (seis) anexos;

- c. O caderno de encargos, que inclui 2 (dois) anexos.
2. As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta na seguinte morada: Avenida 24 de Julho, n.º 138, 3.º Piso, 1399-026 Lisboa, onde podem ser consultadas, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, entre as 10H00 e as 12H30 e as 14H30 e as 17H00 de cada dia útil, salvo interrupções normais de expediente.
 3. As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º, desde a data de publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
 4. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* das peças do procedimento.

Artigo 6.º

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento e erros e omissões do caderno de encargos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri.
2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento ao júri do procedimento, através da plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º, até às 23H59 do dia em que termina o 1.º (primeiro) terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, e disponibilizados na plataforma eletrónica até às 23H59 do dia em que termina o 2.º (segundo) terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. Até às 23H59 do dia em que termina o 1.º (primeiro) terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem também apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados no caderno de encargos.
5. Até às 23H59 do dia em que termina o 2.º (segundo) terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das

peças do procedimento, bem como o júri prestar esclarecimentos, no mesmo prazo, ou até ao final do prazo de entrega das propostas.

7. Os esclarecimentos, as listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como a decisão prevista no número 5, são publicitadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados do facto.
8. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º

Documentos da proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação (DEUCP), conforme o Anexo I ao presente programa do procedimento;
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - i. Proposta de preço (indicado por algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o expresso por extenso), que não deve incluir o IVA, elaborada de acordo com o Anexo II ao presente programa do procedimento;
 - ii. Proposta técnica relativa à realização dos serviços de *media planning* objeto do presente procedimento, em conformidade com os requisitos e especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos. Este documento deverá ter uma estrutura que responda a cada um dos seguintes pontos, podendo, porém, acrescentar-se outros considerados necessários para melhor descrever a proposta:
 - Identificação dos objetivos e atividades a desenvolver em todas as fases objeto do contrato a celebrar;
 - Identificação das metodologias e técnicas a adotar em todas as fases objeto do contrato a celebrar;
 - Calendarização das atividades a realizar em todas as fases objeto do contrato a celebrar;

- Descrição da estratégia de media proposta e identificação de todos os meios de difusão propostos;
 - Indicação e descrição dos meios de difusão alternativos propostos (*OOH e Digital*);
 - Indicação do horário de emissão da campanha publicitária em *meios televisivos* (TV) proposto;
 - Indicação do horário de emissão da campanha publicitária em *meios radiofónicos* de âmbito nacional (Rádio) proposto;
 - Indicação do número de dias seguidos de divulgação da campanha publicitária proposto em relação a cada um dos meios de difusão indicados na proposta;
 - Indicação e descrição dos meios de difusão da campanha nas *redes sociais* propostos, com a respetiva indicação de quantidades em cada uma das plataformas identificadas no caderno de encargos;
- iii. *Curriculum vitae* atualizado dos elementos a afetar à execução dos serviços objeto do Contrato, que contenham indicadores de solidez e capacidade profissional exigíveis para a realização das tarefas a contratar, nomeadamente na área de publicidade institucional do Estado;
- iv. Documento comprovativo de que o concorrente se encontra em atividade há mais de 12 (doze) meses, à data de início do presente procedimento;
- c) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.

Artigo 8.º

Modo de apresentação da proposta

1. Os documentos referidos no artigo 7.º devem ser apresentados em formato *Portable Document Format* (PDF) ou equivalente.
2. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica devem ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada.
4. Se o concorrente utilizar algum processo de compressão ou agregação, como é o caso de pastas em formato zip., rar. ou outro equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica

qualificada deve ocorrer, sob pena de exclusão da proposta, em cada um dos documentos eletrónicos inseridos nas referidas pastas.

5. Nos casos em que o certificado digital utilizado não permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente juntar à sua proposta o(s) documento(s) que ateste(m) o poder de representação e a assinatura do assinante.

Artigo 9.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10.º

Idioma

Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 11.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade *multifator*, de acordo com os seguintes fatores, subfactores e coeficientes de ponderação:
 - a. *Preço global da proposta* - ponderação de 30%;
 - b. *Qualidade Técnica da Proposta* - ponderação de 70%:
 - i. Diversidade dos meios e da estratégia de media - ponderação de 40%;
 - ii. Adequação da estratégia de media ao público-alvo: adultos TV - ponderação de 30%;
 - iii. Adequação da estratégia de media ao público-alvo: adultos Rádio - ponderação de 10%;

- iv. Adequação da estratégia de media ao público-alvo: jovens - ponderação de 20%;
- 2. A avaliação das propostas será feita de acordo com o modelo constante do Anexo III ao presente programa do procedimento.
- 3. Em caso de igualdade pontual, o desempate será realizado através da aplicação dos seguintes critérios, pela ordem a seguir indicada:
 - a. A proposta que apresentar maior pontuação no fator *Qualidade Técnica da Proposta*;
 - b. A proposta que apresentar maior pontuação no subfactor *Diversidade dos meios e da estratégia de media*;
 - c. A proposta que apresentar maior pontuação no subfactor *Adequação da estratégia de media ao público-alvo: adultos TV*;
 - d. A proposta que apresentar maior pontuação no subfactor *Adequação da estratégia de media ao público-alvo: jovens*;
 - e. A proposta que apresentar maior pontuação no subfactor *Adequação da estratégia de media ao público-alvo: adultos Rádio*;
- 4. Em caso de subsistência do empate, a adjudicação é feita à proposta que for selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação através da plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º.

Artigo 12.º

Preço base

- 1. O preço base do presente procedimento é de € 243.905,00 (duzentos e quarenta e três mil e novecentos e cinco euros), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
- 2. O preço base mencionado no número anterior foi determinado em função da ponderação dos valores obtidos através de consulta informal ao mercado.

Artigo 13.º

Prazo para a apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º, até às 23H59 horas do 15.º (décimo quinto) dia a contar da data de envio do anúncio ao serviço de publicações oficiais da União Europeia, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 136.º do CCP.

Artigo 14.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia útil imediatamente subsequente ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º.
2. Mediante a atribuição de um *login* e de uma *password*, é facultada aos concorrentes incluídos na lista a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2.

Artigo 15.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas durante um prazo de 90 (noventa) dias úteis contado da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se aquele prazo prorrogado, por igual período, se antes do seu termo os concorrentes nada disserem em contrário.

Artigo 16.º

Esclarecimentos e suprimientos de propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea *a)* do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica identificada no artigo 2.º, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.
4. O júri do procedimento deve solicitar aos concorrentes que procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
5. O júri deve, ainda, proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou cálculo contidos nas propostas se for evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

Artigo 17.º

Relatórios preliminar e final e adjudicação

1. Após a análise e avaliação das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das propostas.
2. No relatório referido no número anterior, o júri propõe ainda, de forma fundamentada, a exclusão de qualquer proposta.
3. Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia dos concorrentes, para que, num prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciem sobre o mesmo, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.

4. Efetuada a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
5. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no número 3, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
6. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
7. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
8. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes, sendo-lhes remetida uma cópia do relatório final.

Artigo 18.º

Documentos de habilitação

1. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresentar os seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
 - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certidão do registo comercial com todas as inscrições em vigor ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente;
 - d) No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por um agrupamento, os documentos referidos nas alíneas anteriores deverão ser entregues por todos os membros que o constituem, devendo, ainda, ser apresentada cópia de contrato de consórcio externo de responsabilidade solidária de acordo com o previsto no artigo 20.º do presente programa do procedimento.

2. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados pelo adjudicatário na plataforma eletrónica.
3. Todos os concorrentes são notificados da apresentação dos documentos de habilitação, com a indicação do dia em que ocorreu essa apresentação.
4. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica para consulta de todos os interessados.
5. No caso de serem detetadas irregularidades ou omissões nos documentos de habilitação, não imputáveis ao adjudicatário e que possam conduzir à caducidade da adjudicação, será concedido ao adjudicatário um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a respetiva supressão.
6. No prazo de 10 (dez) dias após a notificação da adjudicação, o adjudicatário deve igualmente apresentar documento comprovativo de registo no Registo Central do Beneficiário Efetivo, caso essa exigência legal lhe seja aplicável.
7. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por um agrupamento, o documento referido no número anterior deverá ser apresentado por todos os membros que o constituem sujeitos a essa obrigação legal.
8. Nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, a falta de apresentação do documento identificado no número anterior impede a celebração de qualquer contrato objeto do presente procedimento. Pelo que, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior determinará a caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

Artigo 19.º

Caução

1. Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas com a celebração do mesmo, o adjudicatário deve, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, prestar uma caução no valor de 5 % (cinco por cento) do preço contratual.
2. A caução deve ser prestada pelo adjudicatário, por depósito em dinheiro, por garantia bancária à primeira solicitação ou ainda por seguro caução, em conformidade com os modelos constantes dos Anexos IV, V e VI do presente programa do procedimento, respetivamente.

Artigo 20.º

Adjudicação de proposta apresentada por um agrupamento

1. Se a adjudicação recair sobre proposta apresentada por um agrupamento, as entidades que o compõem devem, em momento prévio à celebração do contrato de aquisição de serviços, associar-se juridicamente na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.
2. O contrato de consórcio deve indicar a entidade que exercerá as funções de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato e por procuração, os poderes para receber da entidade adjudicante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato de aquisição de serviços, bem como poderes para outorgar o contrato em representação dos demais membros do consórcio, e para receber todas as notificações e comunicações respeitantes ao contrato celebrado.

Artigo 21.º

Encargos dos concorrentes e do adjudicatário

1. Todas as despesas inerentes à elaboração e à apresentação das propostas constituem encargo dos concorrentes.
2. Todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato constituem encargo do adjudicatário, nestas se incluindo, entre outras, as referentes à prestação da caução.

Artigo 22.º

Legislação aplicável

Todas as matérias que não estejam especialmente reguladas no presente programa do procedimento são disciplinadas pelo CCP e legislação complementar.

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

Formulário tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

(ficheiro a disponibilizar na plataforma eletrónica)

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROPOSTA DE PREÇO

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar todos os serviços, de harmonia com o disposto no caderno de encargos, pelo preço global de € ...[indicar preço por algarismos e por extenso], a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[Local], [data], [assinatura dos representantes legais]

ANEXO III – MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade *multifator*, de acordo com os seguintes fatores, subfactores e coeficientes de ponderação:

Fatores e Subfactores	Coeficientes de ponderação
a) <i>Preço global da proposta</i>	30%
b) <i>Qualidade Técnica da Proposta</i>	70%
b1) Diversidade dos meios e da estratégia de media	40%
b2) Adequação da estratégia de media ao público-alvo: adultos TV	30%
b3) Adequação da estratégia de media ao público-alvo: adultos Rádio	10%
b4) Adequação da estratégia de media ao público-alvo: jovens	20%

2. As propostas serão pontuadas, em cada um dos fatores e subfactores, de 0 (zero) a 100 (cem), com arredondamentos à segunda casa decimal sempre que tal se revele necessário.
3. A pontuação global de cada proposta corresponde ao resultado da soma das pontuações parciais obtidas em cada fator e subfactor elementar, multiplicadas pelo valor dos respetivos coeficientes de ponderação.
4. A pontuação das propostas no fator preço global da proposta será calculada da seguinte forma:

$$100 - ((P_{\text{Concorrente}} / P_{\text{Base}}) \times 100)$$

em que:

Pconcorrente: preço proposto pelo concorrente

Pbase: preço base

5. No subfactor “*Diversidade dos meios e da estratégia de media*”, será avaliada a diversidade dos meios indicados na proposta e o número de dias seguido de divulgação da campanha indicado pelos concorrentes em cada um desses meios, sendo a pontuação atribuída e calculada da seguinte forma:

Descrição:	Pontuação:
A proposta prevê a divulgação da campanha durante 21 dias seguidos em todos os meios: TV, Rádio, Imprensa e Web	100
A proposta prevê a divulgação da campanha durante 21 dias seguidos em pelo menos 3 (três) dos seguintes meios: TV, Rádio, Imprensa e Web, e pelo menos durante 15 dias seguidos no meio restante.	85
A proposta prevê a divulgação da campanha durante 21 dias seguidos em pelo menos 3 (três) dos seguintes meios: TV, Rádio, Imprensa e Web, e pelo menos durante 10 dias seguidos no meio restante.	70
A proposta prevê a divulgação da campanha durante 21 dias seguidos em pelo menos 2 (dois) dos seguintes meios: TV, Rádio, Imprensa e Web, e pelo menos durante 15 dias seguidos nos meios restantes.	55
A proposta prevê a divulgação da campanha durante 21 dias seguidos em pelo menos 2 (dois) dos seguintes meios: TV, Rádio, Imprensa e Web, e pelo menos durante 10 dias seguidos nos meios restantes.	40
A proposta prevê a divulgação da campanha durante 21 dias seguidos em pelo menos 1 (um) dos seguintes meios: TV, Rádio e Imprensa, e pelo menos durante 15 dias seguidos nos meios restantes.	25
A proposta prevê a divulgação da campanha durante 21 dias seguidos em pelo menos 1 (um) dos seguintes meios: TV, Rádio e Imprensa, e pelo menos durante 10 dias seguidos nos meios restantes.	10

Notas: a) a proposta deverá prever, sob pena de exclusão, a divulgação da campanha durante 21 dias seguidos em, pelo menos, um dos seguintes meios: TV, Rádio ou Imprensa; b) nos meios em que a divulgação da campanha seja inferior a 21 dias, a proposta deverá prever, sob pena de exclusão, uma duração de, pelo menos, 10 dias seguidos.

6. No subfactor “*adequação da estratégia de media ao público-alvo: Adultos TV*”, será avaliada a adequação do plano de media ao público-alvo adulto, através da avaliação do horário de inserção da campanha nos meios televisivos (TV) proposto pelos concorrentes, sendo a pontuação atribuída e calculada da seguinte forma:

Descrição:	Pontuação:
A proposta prevê 80% ou mais das inserções da campanha nos meios TV entre as 20.00h e as 23.00h todos os dias, e entre as 07.00h e as 09.00h de segunda-feira a sexta-feira	100
A proposta prevê entre 60% e 79% das inserções da campanha nos meios TV entre as 20.00h e as 23.00h todos os dias, e entre as 07.00h e as 09.00h de segunda-feira a sexta-feira	75
A proposta prevê entre 40% e 59% das inserções da campanha nos meios TV entre as 20.00h e as 23.00h todos os dias, e entre as 07.00h e as 09.00h de segunda-feira a sexta-feira	50
A proposta prevê entre 10% e 39% das inserções da campanha nos meios TV entre as 20.00h e as 23.00h todos os dias, e entre as 07.00h e as 09.00h de segunda-feira a sexta-feira	25

Nota: a proposta deverá prever, sob pena de exclusão, uma percentagem de inserções da campanha nos meios TV entre as 20.00h e as 23.00h todos os dias, e entre as 07.00h e as 09.00h de segunda-feira a sexta-feira superior a 10%.

A proposta deverá prever, sob pena de exclusão, pelo menos 90 inserções, com uma duração de 20” (vinte segundos), distribuídas pelos seguintes canais de âmbito nacional - RTP, SIC, TVI - em conformidade com o disposto no caderno de encargos.

7. No subfactor “*adequação da estratégia de media ao público-alvo: Adultos Rádio*”, será avaliada a adequação do plano de media ao público-alvo adulto, através da avaliação do horário de inserção da campanha nos meios radiofónicos (Rádio) de âmbito nacional proposto pelos concorrentes, sendo a pontuação atribuída e calculada da seguinte forma:

Descrição:	Pontuação:
A proposta prevê 80% ou mais das inserções da campanha no meio Rádio de âmbito nacional entre as 07.00h e as 09.00h e entre as 17.00h e as 19.00h	100
A proposta prevê entre 60% e 79% das inserções da campanha no meio Rádio de âmbito nacional entre as 07.00h e as 09.00h e entre as 17.00h e as 19.00h	75
A proposta prevê entre 40% e 59% das inserções da campanha no meio Rádio de âmbito nacional entre as 07.00h e as 09.00h e entre as 17.00h e as 19.00h	50
A proposta prevê entre 10% e 39% das inserções da campanha no meio Rádio de âmbito nacional entre as 07.00h e as 09.00h e entre as 17.00h e as 19.00h	25

Nota: a proposta deverá prever, sob pena de exclusão, uma percentagem de inserções da campanha no meio Rádio de âmbito nacional entre as 07.00h e as 09.00h e entre as 17.00h e as 19.00h superior a 10%.

A inserção da campanha através do meio Rádio de âmbito nacional deverá ocorrer entre segunda-feira e sexta-feira, e a proposta deverá prever, sob pena de exclusão, pelo menos 360 inserções, com uma duração de 20” (vinte segundos) nas seguintes Rádios de âmbito nacional - Rádio Comercial, Rádio RFM, Rádio M80, Rádio Cidade FM e Rádio Mega Hits - com pelo menos 60 inserções em cada uma destas emissoras.

A proposta deverá ainda prever pelo menos 4560 inserções em Rádio de âmbito regional (distribuídas pelas emissoras regionais mais bem identificadas no caderno de encargos), todas com uma duração de 20” (vinte segundos).

8. No subfactor “*adequação da estratégia de media ao público-alvo: jovens*”, será avaliada a adequação do plano de media ao público-alvo jovem, através da análise da divulgação da campanha nas *redes sociais* proposta pelos concorrentes, sendo a pontuação atribuída e calculada da seguinte forma:

Descrição:	Pontuação:
A proposta prevê 80% ou mais das inserções da campanha no meio <i>redes sociais</i> através das plataformas Spotify e Instagram e 20% ou menos através das plataformas Youtube e Facebook	100
A proposta prevê entre 50% e 79% das inserções da campanha no meio <i>redes sociais</i> através das plataformas Spotify e Instagram e 49% ou menos através das plataformas Youtube e Facebook	75
A proposta prevê entre 30% e 49% das inserções da campanha no meio <i>redes sociais</i> através das plataformas Spotify e Instagram e 50% ou mais através das plataformas Youtube e Facebook	50
A proposta prevê 29% ou menos das inserções da campanha no meio <i>redes sociais</i> através das plataformas Spotify e Instagram e 70% ou mais através das plataformas Youtube e Facebook	25

Nota: a divulgação da campanha através das *redes sociais* deverá ocorrer em conformidade com as especificações técnicas constantes do caderno de encargos e a proposta deverá prever, sob pena de exclusão, pelo menos 457500 inserções destinadas às seguintes redes sociais: Spotify, Instagram, Youtube e Facebook.

ANEXO IV – MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros ... €

Vai ... [firma, número de identificação fiscal e sede], depositar na ... [sede, filial, agência ou delegação] do Banco ... a quantia de ... € (... euros) em dinheiro, como caução exigida no âmbito do [identificação do procedimento], para garantir a celebração, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais decorrentes da celebração do contrato de aquisição de serviços, nos termos do artigo 90.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de [entidade adjudicante], a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Local], [data], [assinatura dos representantes legais]

ANEXO V – MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

Em nome e a pedido de _____ [identificação do adjudicatário], com sede em ..., pessoa coletiva n.º ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ... sob o n.º ..., com o capital social de ..., vem o Banco ..., com sede em ..., com capital social de ..., registado na Conservatória do Registo Comercial de ..., sob o n.º ..., declarar prestar a favor da ... [identificação da entidade adjudicante] com sede em ..., uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de ... Euros (... euros), correspondente à caução de ... % de ... Euros [valor de adjudicação], prevista no Programa de Procedimento ... [identificação do procedimento], destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações emergentes da adjudicação da referida prestação de serviços.

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à primeira solicitação da ... [identificação da entidade adjudicante] sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que a ... [identificação da entidade adjudicante] tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do contrato, as importâncias que a ... [identificação da entidade adjudicante], lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pela ... [identificação da entidade adjudicante], no prazo máximo de 48 horas após o pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente Garantia autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos do contrato e da legislação aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa o competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.

Finalmente, declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

[Local], [data], [assinatura dos representantes legais]

ANEXO VI – MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A companhia de seguros ..., com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de [identificação da entidade adjudicante] com sede em ... e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ... [tomador do seguro], garantia à primeira solicitação, no valor de ... Euros, (... euros), correspondente à caução de ...% de ... Euros [valor de adjudicação], prevista no Programa de Procedimento ... [identificação do procedimento] destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... [identificação do adjudicatário] com sede em ..., pessoa coletiva n.º ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ... sob o n.º ..., com o capital social de ..., assumirá no contrato que com ela a ... [identificação da entidade adjudicante], vai outorgar e que tem por objeto ... [designação da prestação de serviços], regulada nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da ... [identificação da entidade adjudicante], sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações ... [identificação do adjudicatário] assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à ... [identificação da entidade adjudicante], quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

O presente seguro-caução rege-se pela legislação portuguesa, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa o competente para dirimir quaisquer questões dele emergentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

[Local], [data], [assinatura dos representantes legais]